

Artigo Original

**ESTUDOS SOBRE JUVENTUDES: IMPLICADORES TEÓRICOS E
METODOLÓGICOS SOBRE CULTURAS JUVENIS E ENSINO MÉDIO**

Original Article

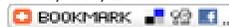
**YOUTH STUDIES: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL
IMPLICATIONS ON YOUNG CULTURE AND HIGH SCHOOL**

Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani*
marciacoffani@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/9106003157470968

Cleomar Ferreira Gomes**
gomescleo.cg@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/0686803544879354



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217
- está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



RESUMO: Este artigo de revisão se dedicou à síntese dos marcadores epistemológicos produzidos por estudos e estudiosos que se dedicam à “Sociologia da Juventude”, e que têm contribuído com as discussões sobre “os jovens e as culturas juvenis em relação com a escola e o Ensino Médio” no Brasil. Tem-se o objetivo de apoiar os estudos de pesquisadores iniciantes ao revisitar a literatura consolidada sobre a temática tecendo um panorama geral da construção sociológica do estatuto da juventude, com destaque sobre como a produção acadêmica tem investigado as juventudes brasileiras, sob quais balizas teóricas e metodológicas têm se investido sobre o jovem e a escola de Ensino Médio na contemporaneidade. Descrevemos vertentes sociológicas que focalizam o “jovem” e sua “condição juvenil”, ao analisarmos os discursos produzidos sobre os “jovens” a fim de caracterizar o conjunto de pressupostos teórico-metodológicos que têm orientado investigações sobre a juventude, o que inclui a reflexão dos limites e das condições de aproximação sociológica sobre as “culturas juvenis”. Em específico, descrevemos o deslocamento da conceituação de “juventude no singular” para “juventudes no plural”, e que indica uma proposição sociológica que percebe as dificuldades e carências sociais e materiais que envolvem a vida do jovem na contemporaneidade, ao

* Professora Doutora em Educação na UFMT. Ministra as disciplinas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Curso. Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação Física.

** Professor Doutor em Educação USP. Orientador do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Educação PPGE IE UFMT.

reconhecer as diversas “condições juvenis”, expressas no cotidiano das escolas de Ensino Médio.

Palavras-chave: Sociologia da Juventude. Jovens. Culturas Juvenis. Escola. Ensino Médio.

ABSTRACT: This review was devoted to the synthesis of epistemological markers produced by studies and scholars dedicated to the "Sociology of Youth", which has contributed to discussions on "youth and youth cultures in relation to school and High School" in Brazil. The purpose of this study is to support studies of young researchers by revisiting the consolidated literature on the subject by providing a general overview of the sociological construction of the youth status, with emphasis on how academic production has investigated Brazilian youth, under which theoretical and methodological view they have been investing youth and high school nowadays. We describe sociological aspects that focus on the "youth" and his "juvenile condition", analyzing the discourses produced on the "youth" in order to characterize the set of theoretical and methodological assumptions that have guided the investigations on youth, which includes reflection of the limits and conditions of the sociological approach to "youth cultures". In particular, we describe the displacement of the concept of "youth (sing.)" to "youth (pl.)", which indicates a sociological proposition that perceives the social and material difficulties and needs that involve the life of young people in the contemporary world, recognizing the diverse "juvenile conditions" expressed daily in High Schools.

Keywords: Sociology of Youth. Young. Youth Cultures. School. High School.

DE JUVENTUDE ÀS JUVENTUDES

A construção sociológica sobre a juventude aponta a relevância das reflexões socioculturais sobre essa fase do ciclo da vida (PAIS, 1990), que foi e é, foco de discussões construídas em contextos sociais específicos e que na contemporaneidade têm afirmado que os limites biológicos não são indicadores suficientes para delimitar o início e o encerramento de uma fase da vida, assim como, as quantificações demográficas e o direito jurídico. Ainda que, as sociedades comumente adotem a idade cronológica para legitimar às condições de acesso dos indivíduos aos direitos e deveres.

Para Levi e Schmitt (1996) a juventude não pode ser tomada como uma sucessão linear de etapas, que garanta ao seu desfecho final à passagem do jovem à vida adulta. Revelam que é inútil buscar definir limites para o que é ser

jovem, pois estudos etnográficos descreveram como as faixas de idades são contraditórias e até mesmo indefinidas, em diferentes agrupamentos humanos. Em algumas comunidades não se atribui sentido à contagem dos anos (PAIS, 2009).

A delimitação cronológica de juventude é para Bourdieu (2003) arbitrária, pois avalia que a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas nas sociedades. Bourdieu (2003, p. 153) conclui que há uma manipulação evidente ao “[...] fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente [...].”

Pastoreau (1996) ao abordar os emblemas da juventude descreve como a imagem medieval exprimia a ideia de juventude, que a representava como entre a infância e a maturidade e que não havia consenso ou uma divisão uniforme sobre a divisão das diferentes idades da vida.

Levi e Schmitt (1996) alertam que um problema inicial é definir o que seja de fato juventude. “Certamente não se trata de encontrar uma única definição válida em todos os quadrantes e todas as épocas.” (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 7). A Sociologia da Juventude tem apontado que a dimensão sócio cultural exerce um papel fundamental nessa discussão, sobretudo, no momento contemporâneo, de itinerários móveis, contornos indefinidos e fronteiras cambiantes e voláteis (BAUMAN, 2001), em que os mais diversos estilos culturais circulam, agrupam e esvanecem efemeramente, indicando que estamos diante da (co) existência não de uma única mas de múltiplas juventudes.

A CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA DO ESTATUTO DA JUVENTUDE

A construção sociológica do estatuto da juventude contou com as contribuições de Homero, Sócrates, Platão e Aristóteles, que caracterizaram como a estrutura social da Grécia Antiga era organizada ao redor do jovem, tendo por base, a Paidéia.

Os romanos desenvolviam ritos iniciáticos aos jovens como as Lupercálias, que celebram as façanhas da vida de “Rômulo e Remo” (FRASCHETTI, 1996). Com Rousseau, no século XVIII, há indícios do reconhecimento da categorização social composta pelos jovens, que buscavam mais cedo ascender à fase adulta. Porém, para Peralva (2007, p. 14) “Pouco importa que a consciência da especificidade da infância e da juventude, como objetos de uma ação educativa, já estivessem presentes na antigüidade clássica [...]”, pois avalia que a juventude como categoria social é um enquadramento da sociedade moderna.

Para Groppo (2004) a juventude enquanto produto do ideário moderno foi cunhada como uma categoria social aplicada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres, que opera no imaginário social, quanto é um dos elementos estruturantes das redes de socialidade. Enfatiza que análogo “[...] à estruturação da sociedade em classes, a modernização também criou grupos etários homogêneos, categorias etárias que orientam o comportamento social, entre elas, a juventude.” (GROPPO, 2004, p. 11).

No início do século XX, os estudos sociológicos sobre juventude a conceituavam como uma categoria social, de ordem biológica, que se caracterizava como um rito de passagem da infância à idade adulta. Esse quadro conceitual era orientado pelas discussões no campo da Psicologia, em torno da adolescência proposta como um traço universal de amadurecimento biológico, psicológico e sexual.

A abordagem sociológica da juventude, de vertente estrutural-funcionalista, se situa a partir dos trabalhos de Talcott Parsons, nos anos de 1940, em face da crescente massificação da escolarização, iniciada na Europa, no século XVIII. Outros trabalhos, da Escola de Chicago, como de Eisenstadt (1976) e Coleman (1961), também são tomados como representantes da produção funcionalista sobre a juventude. Um tema de interesse central da sociologia funcionalista da juventude era a delinquência juvenil.

Os estudos culturais da Escola de Birmingham (Inglaterra) no pós-segunda guerra provocaram reformulações sobre o conceito de juventude em

direção a uma compreensão dos jovens na esfera social. Suspeitamos que o interesse pelos jovens e a juventude numa abordagem sociológica foi intensificado pelas mobilizações estudantis de 1968, que abalaram a sociedade ocidental e indicaram o “estado de crise da sociedade moderna”.

Pais (1990, p. 155-156, grifo do autor) registra que:

Nos anos de 1960-70, a juventude começou a ser considerada e analisada como suporte de uma «cultura» radicalizada, rebelde e conflituosa, desejosa de uma afirmação de autonomia em relação ao mundo dos adultos. Em parte, alguns movimentos juvenis - não representativos da geração demográfica juvenil, perfeitamente localizados e datados (*beatniks, hippies, etc.*) - induziam generalizações abusivas ao conjunto da juventude. Estes pontos de vista - mesmo numa época em que começaram a difundir-se ou a estar na moda - não deixaram de ser postos em causa pelas teorias da «socialização contínua», que afirmavam a aderência dos jovens a valores perfeitamente convencionais e tradicionais: as manifestações de relativo confronto intergeracional corresponderiam mais a um processo de ritualização de afirmação de independência em relação ao mundo adulto do que propriamente à contestação compulsiva das instituições de socialização dominadas pelos adultos. Apesar, pois, da onda de movimentos juvenis contestatários dos anos 60, estava por comprovar se a juventude, no seu todo, se havia constituído como uma força rebelde francamente à margem das instâncias tradicionais de socialização.

Também para Melucci (2007, p. 40, grifo do autor):

Nos últimos 30 anos a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva: refiro-me a formas de ação inteiramente compostas de jovens, assim como à participação de pessoas jovens em mobilizações que também envolveram outras categorias sociais. Começando pelo movimento estudantil dos anos 60 é possível traçar a participação juvenil em movimentos sociais pelas formas ‘sub-culturais’ de ação coletiva nos anos 70 como os punks, os movimentos de ocupação de imóveis, os centros sociais juvenis em diferentes países europeus, pelo papel central da juventude nas mobilizações pacifistas e ambientais dos anos 80, pelas ondas curtas mas intensas de mobilização de estudantes secundaristas dos anos 80 e começo dos 90 (na França, Espanha e Itália, por exemplo) e, finalmente, pelas mobilizações cívicas nos anos 90 como o anti-racismo no norte da Europa, França e Alemanha ou o movimento da antimáfia na Itália. Todas estas formas de ação envolvem pessoas jovens como atores centrais; mesmo se apresentam diferenças históricas e geográficas com o passar das décadas, elas

dividem características comuns que indicam um padrão emergente de movimentos sociais em sociedades complexas, pós-modernas.

A história política e social brasileira é marcada diferentemente por movimentos e ações de mobilizações juvenis de contestação aos estados políticos e econômicos de desigualdade social do país, como: o movimento dos jovens abolicionistas; o movimento da Semana da Arte Moderna; o Movimento Tenentista, do qual, resultou a formação do Partido Comunista; a organização dos jovens estudantes resultando na União Nacional dos Estudantes (UNE), dos quais, muitos dos seus membros foram perseguidos, torturados e mortos durante a Ditadura Militar de 1964; mais recentemente, os “Caras Pintadas”; e as mobilizações sociais de 2013, antecedentes à Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

Essas são memórias latentes, que permeiam o imaginário social, em comum (re) alimentam modos de pensar, representações e imagens sobre jovens e juventudes no Brasil. Como também, são lembradas com saudosismo por aqueles que afirmam estarmos diante de um estado de crise “apocalíptica”, em função de uma geração pretensamente desinteressada pela política. O que contrasta com os tempos de outrora em que o imaginário social afirma que tínhamos um jovem brasileiro revolucionário e contestador da ordem política e da desigualdade social no país.

Um elenco de estudiosos se debruçou sobre a juventude como Karl Mannheim; Erick Erickson; Pierre Bourdieu; Edgar Morin; José Machado Pais; Carles Feixa; Alberto Melucci; Eric Hobsbawn; Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt; Antony Giddens. Na América Latina se avultam os trabalhos de Carlos Monsiváis; Alonso Salazar; Beatriz Sarlo; Mario Margulis; Marcelo Urresti; Jesus Martín-Barbero; Rosana Reguilo. No Brasil, se destaca o pioneirismo de Marialice Foracchini, outros importantes estudiosos são: Luiz Groppo; Helena Abramo; Angelina Peralva; Maria Sposito; Juarez Dayrell; Paulo Carrano, e outros.

Pais, Cairns e Pappámikail (2005, p. 110, grifo nosso) avaliam que os estudos sociológicos em juventude se dividem em:

[...] circunscrevem a “juventude” a um determinado espectro de idades - é o que acontece em pesquisas por sondagem baseadas em amostras estratificadas por faixas etárias -, a sociologia da juventude desenvolveu-se, *grosso modo*, segundo dois eixos analíticos principais: ora por meio de abordagens que procuram definir e entender as características convergentes da “juventude” como categoria social, para a qual a perspectiva de Manheim (1952) é um dos exemplos pioneiros; ora enfatizando características divergentes que configuram diversas “juventudes” como grupos culturais autônomos, rejeitando, por isso, a existência de uma “juventude” no singular [...]. **A essas duas perspectivas acrescentar-se-ia uma terceira, que agrega estudos e reflexões sobre o modo como se sai da condição juvenil.**

A construção sociológica do estatuto de juventude na contemporaneidade, expressa seu enquadramento, como categoria social “tramada” em contextos sócio históricos (PAIS, 1990; MARGULIS; URRESTI, 1996; LEVI; SCHMITT, 1996; GROppo, 2004; MELUCCI, 2007; PERALVA, 2007). Perpassa pela discussão da incredulidade de uma determinação universal de faixa etária para as diversas sociedades e as fases da vida, que não perceba os condicionantes sociais de transição para vida adulta, pois há que se considerar que são intermediadas pelas marcações simbólicas sobre o que é ser jovem, que não se restringem unicamente, à determinação de uma faixa etária específica, e se assenta, no critério sociocultural.

Há uma complexidade arbitrária inerente aos demarcadores cronológicos, que delimitam formas de vida para conceder ou negar direitos à determinada faixa etária, quando se baseiam unicamente na idade. Parece-nos certo afirmar, que a especificação de faixa etária “[...] não tem caráter absoluto e universal. É um produto da interpretação das instituições das sociedades sobre a sua própria dinâmica.” (GROppo, 2004, p. 11). O que nos leva a aceitar, que a realidade da juventude não pode ser tratada como uma realização da ordem da natureza, mas da ordem do “social” e, portanto, uma criação histórica, não um invariante universal (GROppo, 2004).

Sposito (2009b, p. 19) reitera a importância da compreensão da noção de juventude como “[...] momento do ciclo de vida constituído a partir de matrizes socioculturais e os jovens, categoria empírica presente em todas as formações sociais.”

A demarcação história do que vem a ser juventude releva uma construção social, objeto de conflitos e negociações. “Na sociedade contemporânea, de fato, a juventude não é mais somente uma condição biológica mas uma definição cultural.” (MELUCCI, 2007, p. 36). É no exercício das espacialidades e das temporalidades da vida cotidiana, que “[...] os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites da ação” (MELUCCI, 2005, p. 29), que rejeita os cortes de funções e delimitações da vida etária produzidas pela modernidade.

Grosso (2004, p. 10) avalia que apesar do reconhecimento da adolescência e juventude como direitos tenha contribuído para “[...] aumentar o grau de civilidade e bem-estar de indivíduos e coletividades, o ponto de vista legal ainda deixa de lado muito da complexidade e diversidade assumidas pela condição juvenil.”

Abramo (2005; 2007) conceitua que condição juvenil revela-se como o modo como uma sociedade significa essa fase do ciclo da vida, o que inclui uma dimensão histórico-geracional e uma diversidade de condições sociais (classe, gênero, etnia, etc) sob as quais o jovem vive sua juventude.

Pais (1990) conceitua que a juventude, quando aparece referida a uma fase de vida, é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita a se modificar ao longo do tempo pelo tensionamento social.

Levi e Schmitt (1996, p. 14) consideram a juventude como uma construção social, “[...] em nenhum lugar, em nenhum momento da história, a juventude poderia ser definida segundo critérios exclusivamente biológicos ou jurídicos. Sempre e em todos os lugares, ela é investida também de outros valores.” A juventude de modo particular representa uma condição transitória, “Mais apropriadamente, os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam.” (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 9).

Peralva (2007, p. 13) afirma que:

[...] as idades da vida, embora ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são fenômeno puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, e inseparável do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de

vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos, ou seja naquilo que ela teve de intrinsecamente educativo.

Para Margulis e Urresti (1996, p. 3) é importante acompanhar as diversas situações sociais, pelas quais, essa etapa da vida se desenvolve “[...] *presentar los marcos sociales historicamente desarrollados que condicionan las distintas maneras de ser joven.*”

Os estudos sociológicos sobre a juventude de Pais (1990), a reconhecem como uma fase de transição do ciclo de vida, categoria social plural, que demanda para sua investigação a compreensão da relação dos jovens com as gerações anteriores e suas aproximações, hibridismo e distanciamentos entre jovens de uma mesma geração. Diferenças que se expressam em suas socialidades, subjetividades e marcadores sociais como gênero, sexualidade, consumo, estrato social, parentalidade, incivildades, usos de tecnologias de informação e comunicação, grupos de convivência, projetos de vida, entre outros.

JUVENTUDES: FRONTEIRAS E DISPUTAS ENTRE A UNIDADE E A DIVERSIDADE

Na América Latina, como também no Brasil tem sido aceito como jovens aqueles com até 29 anos. Dayrell e Carrano (2014, p. 110) comentam que:

A definição da juventude por idade encontra elementos objetivos no aspecto da maturidade biológica e sua delimitação se reveste de importância para as políticas públicas, notadamente quando se pensa em contagem de população, definição de políticas e recursos orçamentários.

Tem-se aceito uma compreensão sociológica da juventude como um ciclo de vida, que comporta a adolescência e se estende, para além da maioridade civil de 18 anos completos, assim como define o Código Civil Brasileiro (art. 5, da Lei nº. 10.406/2002), o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil (Lei nº. 8.069/1990) e o Estatuto da Juventude (Lei nº. 12.852/2013) (BRASIL, 2002, 1990, 2013).

O Estatuto da Juventude dispõe sobre os direitos dos jovens e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) declara como jovens as pessoas com 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade (art. 1º). Esclarece que, aos adolescentes com idade de 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos se aplica a Lei nº. 8.069/1990, e excepcionalmente, a Lei nº. 12.852/2013, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (art. 1º, § 2º).

A reflexão sociológica sobre os jovens no Brasil - que teve como pioneiros os trabalhos de Foracchi (1965;1972) -, tratou a juventude como uma fase do ciclo da vida, compreendendo a adolescência como seu primeiro momento (SPOSITO, 2009a). Tem-se afirmado a noção de juventude como momento do ciclo de vida constituído a partir de matrizes socioculturais e os jovens como categoria empírica presente em todas as formações sociais (SPOSITO, 2009a).

Dayrell e Carrano (2014, p. 109) esclarecem que:

[...] os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional que, por meio das diferentes épocas e processos históricos e sociais, foram adquirindo denotações e delimitações diferentes. De uma forma genérica, podemos afirmar que, nesse contexto, a psicologia tende a utilizar a noção de adolescência na perspectiva de uma análise que parte do sujeito particular e de seus processos de transformação. Já as Ciências Sociais, em especial a Sociologia e a Antropologia, tendem a utilizar-se da noção de juventude se centrando nas relações sociais passíveis de serem estabelecidas por sujeitos ou grupos particulares nas formações sociais, no processo de traçar vínculos ou rupturas entre eles.

Feixa (2013) reclama por um campo da “Antropologia da Juventude”, ao demonstrar que as discussões sobre as idades e sexo, não são “novas” na antropologia, tomadas por princípios da organização social universal dos homens. E destaca, os estudos antropológicos de Margaret Mead (1928), na Ilha Samoa, com crianças e jovens de 09 a 20 anos, contribuíram para relativização da compreensão da adolescência como período de transição, rebeldia e crise de identidade como proposta por Stanley Hall, em 1904. Cita ainda, os trabalhos pioneiros de: William Foote Whyte (1943) sobre os jovens da sociedade de esquina em um bairro de imigrantes italianos em Boston -

EUA; de Frederic Thrasher (1927) que produz um levantamento sobre as gangues de Chicago, e conclui que representavam uma ação de agregação típica de jovens, ao relativizar o peso do crime.

Também, Margulis e Urresti (1996, p. 1) creditam que:

Infancia, juventud o vejez son categorías imprecisas, con límites borrosos, lo que remite, en parte, al debilitamiento de viejos rituales de pasaje relacionados con lugares prescriptos en las instituciones tradicionales y, sobre todo, a la fuerte y progresiva heterogeneidad en el plano económico, social y cultural.

Há que se pensar que a juventude tem se tornado um valor para qualquer idade, que extrapola uma delimitação etária, ao se transformar num bem de consumo. Cada vez mais, temos notas do implemento contemporâneo sobre a jovialidade humana como um bem de consumo. O corpo jovem é expressão de uma condição social e cultural na contemporaneidade. A juventude não se encerra numa faixa etária, mas um processo social complexo. “O envelhecimento postergado transforma o jovem, de promessa de futuro que era, em modelo cultural do presente.” (PERALVA, 2007, p. 25).

Para Peralva (2007) a valorização da juventude se pauta associada aos valores e estilos de vida que não se limitam a um grupo etário. A eterna juventude é mais “[...] um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo.” (PERALVA, 2007, p. 25). Acelerados pela veiculação cultural que se processa pelos meios de comunicação de massa, que contribuem para o crescimento do consumo da “juvenilização”.

Dayrell e Carrano (2014) colaboram com essa discussão ao enfatizarem que as características e valores ligados à juventude (como a energia e a estética corporal ou mesmo a busca do novo) são elogiados e até mesmo perseguidos pelo mundo adulto. Todos querem ser e parecer ser jovens.

Contribui para isso, os progressos na área da medicina, com a descoberta de formas de prevenção e tratamento de doenças com uma lista infundável de princípios ativos. É notável a preocupação cada vez mais assídua e insistente com a saúde, qualidade de vida, bem-estar, vocábulos introduzidos ao nosso cotidiano. O que implica no aumento da intensidade dos sacrifícios do

corpo que sempre acompanharam a humanidade, nos diferentes tempos históricos, para se manter jovem. Há instaurada uma economia corporal ordinária em busca de um superávit de energia e vitalidade. Participam para isso, uma lista de dietas para emagrecimento, manuais com receitas de cosméticos, técnicas cirúrgicas, aparelhos e sistemas ginásticos, comércio de vitaminas e suplementos nutricionais, que engendram a produção do corpo por meio das disciplinas e dos cuidados de si, que coagem o indivíduo a cuidar e proteger a si mesmo incessantemente. Uma verdadeira hipocondria cultural de apelos aos cuidados de si, com mensagens que vendem padrões de beleza como aquisição de um bem de consumo, a mídia vende não só produtos, mas estilos e posições de sujeitos desejáveis, aos quais ela associa seus produtos.

Por outro lado,

*[...] se puede reconocer la existencia de **jóvenes no juveniles** - como es, por ejemplo, el caso de muchos jóvenes de sectores populares que no gozan de la moratoria social y no portan los signos que caracterizan hegemonicamente a la juventude -, y **no jóvenes juveniles** - como es el caso de ciertos integrantes de sectores medios y altos que ven disminuido su crédito vital excedente pero son capaces de incorporar tales signos. (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 6, grifo do autor).*

Para Margulis e Urresti (1996) os estudos sociológicos em juventude precisam considerar como a condição juvenil é plural, contingenciada pelos fatores sociais e econômicos, o que extrapola os critérios biológicos de idade, ao inserir nas análises os critérios de ordem social.

Há que ser avaliado as condições de “moratória social” disponível aos jovens, retratada por Margulis e Urresti (1996, p. 4-5, grifo do autor) como:

*En este sentido es que la juventud puede pensarse como un período de la vida em que se está en posesión de un excedente temporal, de un crédito o de un plus, como si se tratara de algo que se tiene ahorrado, algo que se tiene de más y del que puede disponerse, que en los no jóvenes es más reducido, se va gastando, y se va terminando antes, irreversiblemente, por más esfuerzos que se haga para evitar lo. De este modo, tendrá más probabilidades de ser joven todo aquel que posea esse **capital temporal** como condición general (dejando de lado, por el momento, consideraciones de clase o género).*

Inferimos que os estudos com jovens e juventudes necessitam considerar as peculiaridades dos jovens aos jovens de gerações passadas, sem obscurecer as especificidades estéticas das socialidades e dos modos de ser jovem no presente, que numa mesma época, é por vezes, diverso e contraditório.

OS CICLOS DA VIDA E OS MARCADORES SOCIAIS DE TRANSIÇÃO PARA ADULTEZ

Pais (2009) comenta que o “curso de vida” é segmentado em diferentes fases, assinala que estudos europeus têm indicado crescentes e variáveis “fronteiras” que as separam, mas que ainda, continuam sendo valorizados como marcadores sociais de passagem para idade adulta: a obtenção de um emprego, a formação de uma família pelo casamento ou pelo nascimento do primeiro filho. O autor pondera que:

Embora socialmente reconhecidos, os marcadores de passagem, não instituem, porém, uma colagem dos indivíduos à idade induzida por efeito desses marcadores (casamento, filhos, reforma do mercado de trabalho, etc.). Os indivíduos acabam por recorrer a manipulações da representação da idade através de investimentos corporais: cirurgias estéticas, vestuário, consumos culturais. Por outro lado, estudos recentes sobre as gerações e os ciclos de vida têm mostrado um claro esbatimento das fronteiras que separam as diferentes gerações [...] (PAIS, 2009, p. 372).

Dayrell e Carrano (2014, p. 111) tomam a juventude como uma condição social, marcada por diferentes compreensões históricas e sociais relacionadas ao tempo ou ciclo da vida. A entrada da juventude se faz acompanhada das transformações biológicas, psicológicas e de inserção social na adolescência, e que para além disso, é neste momento que o sujeito jovem “[...] adquire o poder de gerar filhos, em que a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família e começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência [...].” Assim, parece estar relativamente claro quando se inicia a juventude, o que não pode ser apontado para seu encerramento com a passagem para vida adulta:

Isso porque essa se encontra cada vez mais fluida e indeterminada, fazendo com que os próprios marcadores de passagem para a “adulter” (terminar os estudos, trabalhar, casar, ter a própria casa e ter filhos) ocorram sem uma sequência lógica previsível ou mesmo não ocorram com o avançar da idade, caso dos indivíduos que vivem em uma “eterna juventude” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 111, grifo do autor).

Bourdieu (2003) propõe que se investiguem as diferenças entre as “juventudes” e seus universos sociais. Conhecer as variáveis sociais (PAIS, 2009) como as “[...] condições de existência, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos ‘jovens’ que se encontram já a trabalhar e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes.” (BOURDIEU, 2003, p. 153). Isto é, examinar as condições sociais e históricas, que possivelmente, podem balizar as possibilidades de vivenciar a condição juvenil e evidenciar as perspectivas disponíveis para as trajetórias juvenis, tal como, nos propõem Margulis e Urresti (1996).

A juventude parece se diferenciar da fase adulta da vida ao se caracterizar como um período de “transição para”. Um período de formação, iniciação e afirmação profissional no mercado do trabalho; que coincide com a saída ou permanência na residência da família de origem - seja pela conquista de emprego e independência financeira, prolongamento dos estudos em nível superior, que em muitos casos, se mantém os jovens em relação de dependência com a família para custear as despesas -; ou o estabelecimento do casamento ou outras formas de união conjugal heterossexual ou homossexual, com a assunção de uma possível parentalidade, ocorrendo a formação de um novo núcleo familiar, entre outras formas.

A transição da juventude para vida adulta é marcada por enfrentamentos de tensões, que não se impõem apenas no plano dos conflitos geracionais, mas inclui por exemplo, o quadro de instabilidade do emprego na contemporaneidade.

A juventude é compreendida como “[...] uma fase crucial para a formação e a transformação de cada um, quer se trate da maturação do corpo e do espírito, quer no que diz respeito às escolhas decisivas que prelidam a

inserção definitiva na vida da comunidade.” (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 11). A juventude se apresenta como um momento “[...] das tentativas sem futuro, das vocações ardentes mas mutáveis, da ‘busca’ (a do cavaleiro medieval) e das aprendizagens (profissionais, militares, eróticas) incertas, sempre marcadas por uma alternância de êxitos e fracassos.” (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 11 - 12, grifo do autor).

Há o “[...] reconhecimento tácito na maior parte das análises em torno da condição de *transitoriedade* como elemento importante para a definição do jovem - da heteronomia da criança para a autonomia do adulto.” (SPOSITO, 2002, p. 8, grifo do autor). Com destaque para a pluralidade de modos de passagem. Contudo, ver a juventude como uma passagem instável derivada de uma orientação adulta, não se sustenta na contemporaneidade “[...] pois parte significativa do que denominamos condições contemporâneas da vida se inscrevem na insegurança, na turbulência e na transitoriedade.” (SPOSITO, 2002, p. 9).

A ESCOLARIZAÇÃO NA MODERNIDADE E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE JUVENTUDE

Ariès (2006) informa que na sociedade medieval havia uma ausência do sentimento de infância. A velha sociedade ocidental tradicional via mal a criança e, menos ainda, o adolescente. A infância era reduzida ao bebê frágil, em caso de morte, outra criança, a substituiria. A aprendizagem e socialização da criança não eram controladas pela família. A criança e o jovem eram afastados de seus genitores e aprendiam na convivência com os adultos. Logo, a socialização dos mais jovens acontecia a partir da sua introdução como criança ou jovem no “mundo adulto”. Bauman (1998) descreve em seus estudos que não existiam acomodações específicas para as crianças, ou mesmo a de separação dos quartos dos pais. Até mesmo os jogos eram de adultos e crianças.

“A partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família se transformariam: uma revolução profunda e lenta [...], o fato essencial é

bastante evidente: a extensão da freqüência escolar.” (ARIÈS, 2006, p. 159). Ocorre à revisão da situação de anonimato da família e da criança assegurando-lhes papéis sociais. O caráter involuntário e naturalizado das aprendizagens foi substituído pelo caráter voluntário da ação socializadora da escola moderna (PERALVA, 2007). Há uma reconceptualização do espaço familiar e do “lugar” da criança que se torna “[...] objeto de atenção particular e alvo de um projeto educativo individualizado [...]” (PERALVA, 2007, p. 15).

Em paralelo, ao desenvolvimento do sentimento da infância e da importância das idades, a escola se torna o “lugar” e “meio” de educação criada para que se garantissem as aprendizagens às futuras gerações.

A escola se torna o “tempo” e “espaço” destinado à educação e socialização de crianças e jovens na sociedade moderna. “A especificidade, portanto, da educação no mundo moderno é que ela é e *deve ser* intrinsecamente conservadora.” (PERALVA, 2007, p. 18, grifo do autor).

Ariès (2006) descreve a história da educação escolar marcada pela progressiva separação das idades escolares e a preocupação em proteger os alunos do restante da sociedade e da vida leiga. Paulatinamente, o colégio se tornou uma instituição essencial da sociedade.

Em princípio a escolarização dos jovens se destinou somente ao sexo masculino. A educação das moças era fundamentalmente voltada para formação de “boas mães” e “boas esposas” (ARIÈS, 2006). No século XVII, ocorre a especialização demográfica das idades de 5 - 7 a 10 - 11 anos, tanto nas pequenas escolas como nas classes inferiores dos colégios; em seguida, no século XVIII, a especialização social de dois tipos de ensino, um para o povo, e o outro para as camadas burguesas e aristocráticas. De um lado, as crianças foram separadas das mais velhas, e de outro, os ricos foram separados dos pobres (ARIÈS, 2006). A distinção dos alunos em classes escolares indicam a crescente conscientização e reconhecimento das particularidades da infância e da juventude compostas por diversas categorias (ARIÈS, 2006).

Barroso (2012, p. 181, grifo do autor) avalia que a classe é o modelo pedagógico majoritário de escola, e que dificulta a possibilidade de produzir

mudanças substanciais, no funcionamento da escola. “[...] a ‘classe’, [...] [é uma] modalidade de pedagogia coletiva cujo objetivo é ‘ensinar a muitos como se fossem um só’.”

Pérez Gómez (1998, p. 13) ao discutir as funções sociais da escola, retrata que:

Nos grupos humanos reduzidos e nas sociedades primitivas, a aprendizagem dos produtos sociais, assim como a educação dos novos membros da comunidade aconteceram como socialização direta da geração jovem, mediante a participação cotidiana das crianças nas atividades da vida adulta. No entanto, a aceleração do desenvolvimento histórico das comunidades humanas, bem como a complexização das estruturas e a diversificação de funções e tarefas da vida nas sociedades, cada dia mais povoadas e complexas, torna ineficazes e insuficientes os processos de socialização direta das novas gerações nas células primárias de convivência: a família, o grupo de iguais, os centros ou grupos de trabalho e produção.

Bauman (1998) registra que a revolução educacional que acompanhou o nascimento da sociedade moderna teve lugar na Europa ocidental, entre os séculos XVI e XVIII, e consistiu em separar uma parte da vida individual entendida como estágio de imaturidade, repleta de perigos, portanto, que requer cuidados especiais, o que exige um regime e ambiente apropriados. E não só isso, a separação espacial é acompanhada da presença de um especialista instruído, responsável pelo cuidar. Nasce a escola e a figura do mestre professor, tal como, nosso imaginário social nos faz representar.

Esses são alguns dos elementos justificadores para a organização da escola na modernidade, ao eleger como um das suas funções primordiais (conservadora) a socialização dos conhecimentos e das conquistas do homem às gerações mais jovens, ou seja, preparar o aluno para sua incorporação ao mundo do trabalho (PÉREZ GÓMEZ, 1998). O que não ocorre de maneira linear e mecânica, podendo ser mais desfavorável para uns em função da complexidade e relações conflitantes do tecido social.

É importante dizer, que as sociedades modernas criaram mecanismos jurídicos legais contra aquilo que era a socialização precoce da criança no mundo do trabalho, tal como ocorria em gerações antecessoras. Como

também, investiu na proteção do prolongamento e extensão da escolarização obrigatória. Em face, de um “vir a ser” do aluno “[...] traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro.” (DAYRELL, 2007a, p. 156).

A complexidade gradativa da sociedade moderna e na contemporaneidade tem exigido da escola, além da função social de incorporação ao mundo do trabalho, a formação do cidadão para sua intervenção na vida pública. Designa-se à escola a incumbência de preparar os alunos para “[...] que se incorporem à vida adulta e pública, de modo que se possa manter a dinâmica e o equilíbrio nas instituições, bom como as normas de convivência que compõem o tecido social da comunidade humana.” (PÉREZ GÓMEZ, 1998, p. 15).

A escola é uma instituição social, que em seu “tempo” e “espaço” permite que crianças, jovens e adultos convivam com outros pares da mesma faixa etária ou não, com eles estabelecendo relações de socialidade, por conseguinte, a escola é o “lugar” que ao mesmo tempo influencia a formação das gerações mais jovens, é por elas influenciada, em função do modo como estes se relacionam entre si e com escola.

Sposito (2002, p. 10) avalia que:

As transformações observadas nos sistemas escolares ao longo do século 20, que definiram um alongamento da permanência no interior da escola para novos segmentos sociais, e as condições diferenciais de acesso ao mundo do trabalho - sem significar a formação de uma nova unidade conjugal ou o abandono da casa paterna -, exigiram novas modalidades de compreensão para essa passagem, sobretudo nas sociedades urbanizadas, tanto centrais como periféricas.

Se é certo afirmar que a escola contribuiu para o estabelecimento da noção de infância e juventude, o contrário, também o é. A juventude e os jovens reinventam cotidianamente a escola, como um “lugar” de expressão de redes de socialidades. O que demanda estudos sobre “as juventudes e a escola”, que reconheçam o jovem como um sujeito social e a escola como um

“lugar de socialização” (para o mundo do trabalho, para a vida pública, para a cidadania) e de socialidades (MAFFESOLI, 1987). Ou seja, que invistam sobre a relação imbricada entre as “culturas juvenis e escola”, independentemente, das especificidades dos componentes curriculares.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURAS JUVENIS E A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Pareceu-nos que, os estudos sócio antropológicos sobre “as culturas juvenis e a escola”, tendem a conceder “visibilidade ao jovem”, não se restringindo a categorização homogênea, generalizante e assexuada de aluno. Tal como Dayrell (2007b, p. 1107, grifo do autor), “Cabe questionar em que medida a escola ‘faz’ a juventude, privilegiando a reflexão sobre as tensões e ambiguidades vivenciadas pelo jovem, ao se constituir como aluno num cotidiano escolar que não leva em conta a sua condição juvenil.”

Parte-se do reconhecimento de que, independentemente, do estágio e condições históricas, sociais, culturais e econômicas das sociedades humanas, o homem cuida e sempre cuidou da preparação dos mais jovens. Para tanto, busca ensiná-lo na sua herança cultural, a fim de que no “dever a ser”, possa atuar com moralidade, normatividade e civilidade na fase da vida adulta. É mesmo paradoxal, que nesse momento da vida, os jovens de ontem, que se tornam os adultos de amanhã, se responsabilizaram pela formação dos jovens de hoje.

O modelo cultural de formação das “novas gerações”, antes da Revolução Industrial, teve majoritariamente, a inserção do jovem no cotidiano da vida adulta, como possibilidades para sua formação e socialização contínua no plano das ocupações profissionais. Ao tempo da modernidade, com a urgência do conhecimento da maquinaria de produção, que demandou a especialização dos sujeitos, se rompe com a “tradição secular de aprendizagem” e “sucessão das habilidades profissionais do pai”, aprendidas no ambiente familiar.

A organização da sociedade industrializada com a complexa divisão do trabalho gerou a organização de um sistema de ensino escolar, que assumiu a tarefa de treino profissional dos jovens. A escola, paulatinamente, se dissemina e se torna pública e obrigatória aos mais jovens. Há uma revisão da centralidade do trabalho e da família como fatores de socialização (DUBET, 1997), o que provoca mudanças no quadro de formação das “novas gerações”. O que releva que “a escola é um dos elementos fundantes do triunfo da modernidade”.

A organização da escola propicia que o jovem passe a conviver com outros jovens de sua idade. O que parece promover um estreitamento de relações interpessoais entre os jovens, que formam grupos culturais, tomando a feição de uma “micro sociedade dos jovens”. Neste “espaço” e “tempo”, os jovens se organizam e produzem culturas, com seus rituais, símbolos, regras de apresentação do corpo, estilos linguísticos, entre outros. Os jovens parecem tomar por referência às produções culturais das gerações antecessoras, como há também, um movimento de (res) significação da herança cultural, que revela diferenças entre jovens e adultos, e levam à legitimidade da presença de muitas “culturas juvenis” no “espaço” da escola de Ensino Médio.

Com isso, a escola e o Ensino Médio têm se tornado “lugar” de “[...] intensificação e abertura das interações com o outro e, portanto, caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens” (SPOSITO, 2005, p. 90), ao formar em seu interior “sociedades de jovens”.

Há que se refletir, que a escola foi um elemento fundamental para homologação do estatuto social da “infância” e da “juventude” na modernidade. Na contemporaneidade insistimos que os jovens recriam o cotidiano das escolas em função de suas necessidades, anseios e preocupações, que se remetem ao futuro e ao presente de suas vidas.

Futuro incerto, pautado na lógica do consumo e desfrute fruído, instantâneo e imediato das coisas, que tão rapidamente se envelhecem, de distintivos de honra, se transformam em estigmas de vergonha (BAUMAN, 2011). Com isso, se dissolvem os limites de idade, e as barreiras tradicionais

tanto sociológicas como biológicas que delimitaram as fases da vida na modernidade.

No cotidiano “ordinário” da escola, os jovens “fabricam” relações, estratégias e significados, por meio dos quais eles se constituem a si mesmos. “Morrem as faixas etárias, morre o trabalho, morre o corpo natural, desmorona a demografia, multiplicam-se as identidades móveis e nômades.” (CANEVACCI, 2005, p. 7). O que significa que (re) criam-se “modos de ser jovem”, de forma que, a juventude pode ser tomada como expressão metafórica da “liquidez”, de Bauman (2001).

Para Melucci (2004) o cotidiano escolar é um espaço múltiplo, mas que precisa abarcar a diversidade de “juventudes”, que ali se expressam de forma, cambiante, ambígua e, até mesmo efêmera. Para Peralva (2007, p. 24) “Embora nossa consciência dessas transformações seja ainda extremamente recente, já parece claro que o modelo educativo da socialização, co-fundador da ordem moderna, entrou em estado de obsolescência.” O que nos indica, que possivelmente, estamos diante do dilaceramento da escola, como a promotora de mobilidades sociais. O que nos faz indagar reflexivamente: Qual o sentido do projeto de escola na vida do jovem da sociedade pós-moderna?

Os estudos sociológicos das “culturas juvenis e escola” permitem reconhecer os grupos sociais ali organizados, formais ou informais, produzidos pelos agrupamentos dos jovens, em turmas menores ou maiores, mantidas por afinidades de gênero musicais, linguísticos, entre outros. Grupos juvenis que rotinizam seus lugares e suas práticas impregnadas de um código de valores e regras de comportamento, que revelam estilos de vida e submissões e restrições controladas pelas vigilâncias internas do grupo, que concedem “senhas” de entrada, que permitem ao jovem uma pertença, ou seja, a condição de ser reconhecido como “um de nós”.

O jovem contemporâneo é membro de uma pluralidade de redes e grupos, por vezes, frágeis e fugazes, “entrar” ou “sair” desses grupos é rápido e frequente, a fração de tempo das filiações grupais é cada vez mais reduzida na contemporaneidade. No passo das mudanças, com as relações sociais, afetivas e identitárias diluídas marcadas pela heteronomia, a pluralidade das

participações e engajamentos sociais e culturais, a abundância de possibilidades e mensagens oferecidas aos jovens na contemporaneidade, debilitam os “pontos de referência” sobre os quais a “identidade”, na modernidade, era tradicionalmente construída. O que dificulta, as possibilidades de uma socialização contínua, que é cada vez mais incerta (MELUCCI, 2007), assim como, o projeto social de escola moderna, pois há que se reconhecer os múltiplos sentidos da experiência na escola para cada um dos seus alunos.

As variações sociais, econômicas, éticas, religiosas, o intervalo de idades, incidem sobre os modos juvenis de comportamento. Assim como, o conjunto de valores da sociedade adulta. Os jovens imprimem, rejeitam, produzem e reproduzem caracteres culturais, que fazem criar uma versão mais ou menos diferente da versão cultural da geração antecessora, mas se não descartam os valores, costumes e hábitos que regulam o mundo adulto, ao menos existe uma heterogeneidade, que indica rupturas e fragmentações em distintas lógicas da herança cultural. O que nos faz aceitar a juventude como uma construção histórica e social, que assume sentidos culturais plurais, marcada pela mutabilidade de critérios etários e comportamentos dos jovens.

Na escola, parecem se manifestar sistemas sociais juvenis, que indicam a presença de “culturas juvenis”, marcadas por proximidades, distanciamentos e hibridismos, da cultura da sociedade adulta ou daquilo que é produzido pelos pares jovens. Os jovens fazem circular modos de apresentação do corpo, incluindo regras de vestuários, cortes e cores de cabelos; gostos e estilos musicais; formação de grupos para “rolezinhos” via tecnologias de informação e comunicação, com destaque para a importância dos “aplicativos de mensagens” e das “selfs” enviadas, visitadas e curtidas; relações afetivas efêmeras com a prática do “ficar”; uma pluralidade de ídolos (musicais, esportivos, de “mangás” japonesas, etc.) assumidos para cada situação da vida, assim como substituídos por outros rapidamente; a incredulidade em relação à seriedade da política brasileira, e demais formas de linguagens e artefatos simbólicos, que permitem expressar sua condição juvenil. O que

tensiona, a função moderna da escola, que seja a “função societal de socialização do jovem para a vida adulta”.

O que nos sinalizou que “novos” estudos sobre os jovens e a escola de Ensino Médio precisam permitir a descrição pormenorizada das diversidades de contextos escolares e as realidades ordinárias, nas quais, os “jovens alunos” se encontram inseridos, seja produzindo, rejeitando ou reformulando “culturas juvenis” em grupos associativos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Marconi (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.
- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In*: BRASIL. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília, DF: UNESCO: MEC: ANPED, 2007. (Coleção educação para todos, 16). p. 73-90.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BARROSO, João. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. *In*: PINHO, Sheila Zambello de (coord.). **Caderno de formação: formação de professores: Bloco 03: Gestão Escolar**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitora de Graduação: Univesp, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama; Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Tradução Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução Miguel Serreras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 151-162.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 2 mar. 2014.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 13 jan. 2014.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 ago. 2013a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 12 fev. 2014.

CANEVACCI, Massimo. **Culturas extremas**: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. O jovem como sujeito social. *In*: BRASIL. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, DF: UNESCO: MEC: ANPED, 2007a. (Coleção educação para todos, 16). p. 155-176.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, esp., p. 1105-1128, out. 2007b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em: 10 jan. 2014.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. *In*: DAYRELL, Juarez Tarcísio; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 101-133.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. Entrevistadoras: Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 222-231, maio/dez. 1997.

FEIXA, Carles. Carles Feixa, pioneiro de los estudios sobre Juventud em Iberoamérica. Entrevistador: Germán Muñoz González. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 11, n. 2, p. 899-913, jul./dic. 2013.

FRASCHETTI, Augusto. O mundo romano. *In*: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **História dos jovens**: da antiguidade à era moderna. Tradução Claudio Marcondes; Nilson Moulin; Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 59-95.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, Belo Horizonte, ano 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. Introdução. *In*: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **História dos jovens**: da antiguidade à era moderna. Tradução Claudio Marcondes; Nilson Moulin; Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-17.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MARGULIS, Mário; URRESTI, Marcelo. **Juventud es más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**: a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MELUCCI, Alberto. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. *In*: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva**: qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25-42.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *In*: BRASIL. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília, DF: UNESCO: MEC: ANPED, 2007. (Coleção educação para todos, 16). p. 29-45.

PAIS, José Machado. Lazeres e sociabilidades juvenis - um ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 108-109, p. 591- 644, 1990.

PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus - retrato da diversidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-140, 2005.

PAIS, José Machado. A juventude como fase da vida: dos ritos de passagem ao ritos de impasse. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.18, n. 3, p. 371-381, 2009.

PASTOUREAU, Michel. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na imagem medieval. *In*: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **História dos jovens**: da antiguidade à era moderna. Tradução Claudio Marcondes; Nilson Moulin; Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 245-263.

PERALVA, Angelina Teixeira. O jovem como modelo cultural. *In*: BRASIL. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília, DF: UNESCO: MEC: ANPED, 2007. (Coleção educação para todos, 16). p. 13 - 27.

PEREZ GÓMEZ, Angel I. Funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. *In*: GIMENO SACRISTÁN, José; PÉREZ GÓMEZ, Angel I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. Considerações em torno do conhecimento sobre Juventude na área da Educação. *In*: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília, DF: MEC: INEP: COMPED, 2002. p. 7-34. (Série estado do conhecimento).

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Marconi (org.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009a. v. 1-2.

SPOSITO, Marília Pontes. A pesquisa sobre jovens na pós-graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). *In*: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009b. v. 1. p. 17-56.